



Governadores acertaram modificações à reforma tributária para evitar perda de receitas

Segundo o secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Henrique Meirelles, uma perda marginal de arrecadação para o governo paulista será compensada com o maior crescimento da economia e o fim da guerra fiscal

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

15 de janeiro de 2020 | 20h39

BRASÍLIA - O secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, **Henrique Meirelles**, afirmou que todos governadores negociam modificação às propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso para evitar perdas de arrecadação no início da implementação do **Imposto sobre Valor Agregado (IVA)**.

A ideia é que o novo imposto substitua todos os tributos que incidem sobre o consumo, entre eles o **IMCS**, cobrado pelos Estados, e o **ISS**, de competência municipal.

O secretário previu, no futuro, uma perda marginal de arrecadação para o governo paulista que será compensada, segundo ele, com o maior crescimento da economia e o **fim da guerra fiscal**, que trará de volta ao Estado as empresas que foram atraídas por outros Estados com incentivos fiscais. Esses incentivos acabam a aprovação da **reforma tributária** pelo Congresso.

Em entrevista ao **Estado**, Meirelles disse que já há acordo para que o substitutivo seja incorporado pela Câmara na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45 de autoria do líder do MDB, deputado **Baleia Rossi (SP)**. A negociação, segundo ele, tem apoio do presidente da Câmara, **Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, e do relator da PEC 45, deputado **Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)**.

LENTIDÃO

Site para restituição do Dpvat fica instável no primeiro dia

LUCIANO NASCIMENTO

Agência Brasil, Brasília

Começou a funcionar ontem o site para os proprietários de veículos que têm direito à restituição de valores pagos a mais do seguro Dpvat 2020 (sigla de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Vias Terrestres). Na Bahia existem mais de 27 mil veículos aptos. De acordo com a seguradora Líder, mais de 1,9 milhão de veículos em todo o Brasil estão aptos a receber o pagamento da restituição. O prazo para pedir o valor pago a mais é até o final do exercício de 2020.

Durante a manhã, a página para pedir o reembolso apresentou instabilidade e lentidão e a Seguradora Líder alegou estar trabalhando para reduzir a lentidão e as instabilidades. Mas alguns usuários relataram dificuldade para finalizar o cadastro. No Twitter, motoristas disseram que o sistema indica como "pagamento não localizado", o que impede de finalizar a solicitação.

Em resposta, a Seguradora Líder disse que é importante que o campo "data do pagamento" no site seja preenchida pela data que está no comprovante de quitação do DPVAT. Além disso, os va-

lores pagos precisam ser colocados com exatidão no site, afirmou a gestora do seguro obrigatório.

Susep

A Susep, responsável pela fiscalização de seguros no Brasil, anunciou, horas depois, a criação de um canal exclusivo em seu site para reclamações de quem não conseguiu pedir o ressarcimento do DPVAT.

Mas este o site de reclamações também apresentou instabilidade para acesso e a superintendência autarquia informou ter havido um grande aumento no número de acessos ao site, motivo da lentidão "em alguns momentos". A Susep ainda afirmou que está realizando testes "com usuários externos, tanto de desktop, como de celular."

A maioria dos veículos se

concentra no estado de São Paulo, onde mais de 900 mil devem receber de volta o que foi pago a mais. Em seguida, aparecem Minas Gerais, com mais de 300 mil veículos, e o Rio Grande do Sul, com mais de 200 mil veículos.

As menores frotas estão em Roraima, com mais de 2 mil, e Acre, com mais de 3 mil veículos.

A restituição foi anunciada na semana passada pela seguradora, responsável pela gestão do seguro, após o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, ter voltado atrás e acolhido pedido do governo para extinguir sua própria liminar, reduzindo os valores do seguro obrigatório Dpvat.

A restituição da diferença dos valores será feita diretamente na conta corrente ou conta poupança do proprietário do veículo.

Para fazer a solicitação, os proprietários de veículos deverão informar o CPF ou CNPJ do proprietário; Renavam do veículo; valor pago; data em que o pagamento a mais foi realizado; dados bancários (banco, agência e conta corrente ou conta poupança do proprietário); e-mail de contato e telefone de contato.

O site receberá somente os pedidos de restituição da diferença do Dpvat 2020

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 16/01/2020	Caderno: Economia



ESTADOS E MUNICIPIOS SERÃO OBRIGADOS A PASSAR POR AJUSTES FISCAIS GRANDES NOS PRÓXIMOS ANOS EXPLICA, INSTITUTO MAUÁ



16 Janeiro, 2020

Por: João Paulo Almeida

O Ministério da Economia elevou a previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,32% para 2,40% em 2020. A projeção esta no Boletim Macrofiscal, divulgado pela Secretaria de Política Econômica. Para o ano de 2019, cujo resultado ainda não foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a previsão da área econômica de crescimento passou de 0,90% para 1,12%.

Em contato com o portal Bahia Econômica, o professor Ricardo Balistiero, coordenador do curso de Administração do Instituto Mauá de Tecnologia, explicou que a participação dos estados e municípios no PIB nacional deve mudar nos próximos anos e as federações devem passar por muitos ajustes fiscais.

“Estados e Municípios terão de passar por ajustes fiscais severos nos próximos anos. Há muito comprometimento de receitas nestas unidades da Federação, com impactos nos investimentos e na previdência. Sem um ajuste fiscal de grande magnitude, os esforços do Governo Federal podem não surtir o efeito desejado”, explicou.

Em relação à política de exportação, o professor explicou, “o Brasil ainda é um país fechado e protecionista, o que gera muita ineficiência e baixa produtividade em função da baixa concorrência. Há necessidade de uma abertura efetiva da economia e o fim dos benefícios fiscais concedidos para alguns setores bastante ineficientes da nossa economia. Só assim o país conseguirá melhorar sua posição no ranking do comércio internacional”.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 15/01/2020	Caderno: Economia



GOVERNO ESTUDA FORMAS PARA BARATEAR PREÇO DE COMBUSTÍVEIS



15 Janeiro, 2020

O presidente Jair Bolsonaro afirmou hoje (15) que apresentou ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, uma proposta para alterar a forma da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis.

“Apresentei uma proposta que vai ser estudada na questão do ICMS”, disse. “Hoje em dia o ICMS é cobrado em cima do preço final da bomba. Em torno de R\$ 5 o preço do combustível, então em média 30% (de ICMS), dá R\$ 1,50. Se cobrar na refinaria, o preço da refinaria está em R\$ 2, teria que ser cobrado 75% para equilibrar. Mas nós queremos mostrar que a responsabilidade final do preço não é só do governo federal”, afirmou Bolsonaro.

Ainda de acordo com o presidente, se o Ministério da Economia entender que a proposta é positiva, o governo vai levar a ideia adiante. “Vamos arredondar os números aqui”. A alteração de impostos e tributos será discutida no Congresso a partir da volta do recesso parlamentar, em fevereiro, na tramitação da reforma tributária.

Foto: José Cruz/Agência Brasil

Veículo: G1	
Data: 15/01/2020	Caderno: Economia



Governo estuda mudar forma de cobrança de imposto sobre combustíveis para baratear preço, diz Bolsonaro

Presidente defende que ICMS seja cobrado na refinaria e não em cima do preço cobrado no posto de gasolina, como acontece atualmente.

Por Laís Lis e Pedro Henrique Gomes, G1 — Brasília

15/01/2020 13h26 Atualizado há 20 horas



O presidente Jair Bolsonaro deu entrevista no Ministério de Minas e Energia, após reunião com o ministro Bento Albuquerque — Foto: José Cruz/Agência Brasil

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quarta-feira (15) que apresentou ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, uma proposta para alterar a forma da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis.

O ICMS é um imposto estadual, cobrando sobre venda de produtos. As tarifas variam de acordo com as mercadorias. Alterações no modelo dependem de aprovação no Congresso.

Atualmente, o ICMS é cobrado no momento da venda do combustível no posto de gasolina. Para Bolsonaro, a cobrança deve ser feita no valor do combustível vendido na refinaria. Bolsonaro destacou que, com a mudança,

o consumidor sentiria na bomba as reduções feitas pela Petrobras no preço dos combustíveis.

Na explicação do presidente, isso ocorreria porque o valor do produto na refinaria é menor.

“Apresentei uma proposta que vai ser estudada na questão do ICMS”, disse. “Hoje em dia o ICMS é cobrado em cima do preço final da bomba. Em torno de R\$ 5 o preço do combustível, então em média 30% (de ICMS), dá R\$ 1,50. Se cobrar na refinaria, o preço da refinaria está em R\$ 2, teria que ser cobrado 75% para equilibrar. Mas nós queremos mostrar que a responsabilidade final do preço não é só do governo federal”, afirmou o presidente após se reunir com o ministro Bento Albuquerque.

Bolsonaro afirmou que, se o Ministério da Economia entender que a proposta é positiva, o governo vai levar a ideia adiante. “Vamos arredondar os números aqui”.

A alteração de impostos e tributos será discutida no Congresso a partir da volta do recesso parlamentar, em fevereiro, na tramitação da reforma tributária. Mudanças no ICMS, no entanto, são um tema delicado politicamente, porque poderiam afetar as arrecadações dos estados.

- **Reforma tributária: entenda as propostas em discussão no Congresso**
Venda direta

Mais cedo, **em entrevista na saída da residência oficial do Palácio da Alvorada**, Bolsonaro também falou sobre medidas para baratear o combustível para o consumidor.

Ele disse que tem debatido com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), uma forma de permitir a venda direta de combustíveis, como etanol e gasolina, do fornecedor para o posto, sem passar por distribuidoras. "Ontem [terça], estive com o Rodrigo Maia e conversei com ele sobre esse assunto, não é apenas venda direta do etanol para o posto de combustível. É de outros derivados também. Nós importamos óleo diesel, gasolina. Porque não ir do porto diretamente para o posto de gasolina? Porque tem que viajar centenas de quilômetros?", argumentou Bolsonaro.

Veículo: G1	
Data: 15/01/2020	Caderno: Economia



Relator do pacto federativo defende fim de piso para gastos em Saúde e Educação

Senador Márcio Bittar disse querer acabar com pisos para 'devolver aos vereadores o poder de decisão'. Governo propôs ao Congresso unificar os pisos com Saúde e Educação.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília
15/01/2020 14h52 Atualizado há 20 horas

O relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do pacto federativo, o senador Márcio Bittar (MDB-AC), defendeu o fim dos pisos para gastos em Educação e Saúde do governo, estados e municípios. Ele conversou nesta quarta-feira (15) com o ministro da Economia, **Paulo Guedes**.

Atualmente, no orçamento federal, os pisos de saúde e educação têm de ser corrigidos pela inflação do ano anterior – **conforme regra do teto de gastos** aprovada em 2016 no governo do então presidente Michel Temer. No caso dos estados, a Constituição diz que devem destinar 12% da receita à saúde e 25% à educação. Municípios, por sua vez, têm de gastar, respectivamente, 15% e 25%.

A avaliação do senador difere da proposta de revisão do pacto federativo apresentada pelo governo em novembro do ano passado, **pela qual os pisos seriam mantidos, mas unificados**, dando uma maior flexibilidade aos entes federativos para gastarem mais em uma área do que em outra.

"Se depender de mim, eu avanço. Eu desvinculo tudo. Tira tudo [os pisos de educação e saúde]. Devolve o poder ao Parlamento e aos vereadores. Se depender de mim, não [tem mais piso de educação e saúde]. Só que não sou eu sozinho", declarou o senador.

De acordo com ele, o "mantra" de que acabar com os pisos de saúde de educação estaria "retirando dinheiro" dessas áreas "não é verdade". "Ninguém está tirando dinheiro de lugar nenhum. Você tutelar os prefeitos, vereadores, Congresso, tudo, resolveu? Aumentou exponencialmente o

orçamento na educação e isso não corresponde a nada. O último PISA [Programa Internacional de Avaliação de Alunos] está aí", acrescentou Bittar. O senador informou ainda que seu relatório sobre o pacto federativo fica pronto neste mês de janeiro, e acrescentou que pode apresentá-lo em fevereiro.

Além de unificar os pisos em saúde e educação, o governo também propôs, no pacto federativo:

- liberar **R\$ 400 bilhões aos estados e municípios em 15 anos**;
- criar o Estado de Emergência Fiscal que vai desindexar despesas obrigatórias e criar mecanismos automáticos de redução de gastos;
- município com **menos de 5 mil habitantes e arrecadação própria menor que 10% da receita total será incorporado pelo município vizinho**;
- Criar o Conselho Fiscal da República.

Meirelles garantiu que São Paulo não será opositor à reforma como foi historicamente nas tentativas fracassadas de aprovação das mudanças tributárias no passado. “São Paulo era opositor porque perdia com a reforma”, afirmou.

Como mostrou o **Estado, São Paulo é o que mais perde com o novo modelo de tributação sobre o consumo proposto pelas reformas tributárias que tramitam no Congresso**, de acordo com estudo do **Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea)**. O trabalho faz simulações e mostra que o IVA teria potencial retirar R\$ 21,24 bilhões no primeiro ano da vigência da reforma caso a mudança seja feita de uma só vez.

Segundo Meirelles, essa perda foi calculada com base na PECs que estão no Congresso e que serão alteradas pelo texto substitutivo que está sendo negociado pelos governadores. Ele destacou que o novo texto foi aprovado por unanimidade pelos Estados, inclusive aqueles que ganhariam mais recursos com a mudança, porque cria um mecanismo de compensação. “Do jeito, que está ia ficar complicado, porque alguns Estados iam ficar contra”, disse.

Para não criar distorções, nos primeiros 20 anos, os Estados farão a sua coleta do tributo, mas esses recursos vão transitar por uma conta única de todos os Estados. Haverá uma redistribuição baseada em outro critério, que considera a participação total da receita de ICMS de cada Estado antes da mudança. Nesse período, o Estado não perderá essa participação.

“O Estado produtor terá um mecanismo de compensação que assegura o mesmo valor em termos de reais do que arrecadava antes da aprovação da reforma tributária. Não haverá essa perda”, explicou.

As **duas propostas** de emenda constitucional – a PEC 45 da Câmara e a PEC 110 do Senado – tendem a desconcentrar receitas em favor de Estados e municípios mais pobres do País ao migrar do modelo atual em que a cobrança é feita na origem, ou seja, onde os produtos são produzidos, para o destino, onde são comprados. Essa mudança, se aprovada pelo Congresso, vai alterar, principalmente, a forma como o ICMS e o ISS são repartidos atualmente.

No longo prazo, o secretário admite que haverá pequena perda de arrecadação para São Paulo, que será compensada por vários fatores, entres eles, o crescimento maior provocado pelos efeitos positivos da própria reforma.

O relator da PEC 45 fez ontem uma reunião com a equipe de consultores da Câmara para avançar no texto final do seu substitutivo. O grupo já discute, inclusive, a regulamentação da reforma depois da sua aprovação. Ao BR Político, Rodrigo Maia disse na terça que acredita ser possível aprovar a reforma no primeiro semestre e fazer também a discussão da reforma administrativa, proposta que, entre outros pontos, deve enxugar o número de carreiras e reduzir o salário de entrada dos servidores públicos.

Maia reconhece, porém, que as discussões sobre a reforma tributária estão mais adiantadas entre os deputados do que as da administrativa. No caso da reforma tributária, Maia lembra que o governo tem conversado com a Câmara para discutir a formatação da melhor proposta.



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi assessor de imprensa do Ministério do Planejamento e do BC, e ganhou o Prêmio Esso de Economia

Situação inusitada na área fiscal em 2020

Há um risco concreto neste ano de piora do déficit primário do governo central e, ao mesmo tempo, de melhora do déficit nominal

16/01/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Existe um risco concreto de uma piora do déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) neste ano e, ao mesmo tempo, de uma melhora do déficit nominal, que considera a despesa com o pagamento dos juros da dívida pública.

Esta situação inusitada poderá acontecer, em parte, porque o resultado primário em 2019 ficou em torno de R\$ 70 bilhões, muito abaixo da meta, segundo estimativa do secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. Os dados fiscais do ano passado serão divulgados no fim deste mês.

PUBLICIDADE



6

Ads by Teads

Déficit nominal pode melhorar mesmo com piora do primário

No ano passado, a meta de déficit primário do governo central era de R\$ 139 bilhões, mas o ingresso nos cofres públicos de um volume recorde de receitas atípicas, não recorrentes, principalmente de leilões do petróleo, reduziu substancialmente o “buraco” nas contas.

Outro fator que contribuiu para a substancial melhora foi o chamado “empoçamento” de recursos, quando o Tesouro libera o dinheiro e o órgão público não consegue gastar. O “empoçamento” foi turbinado pelo fato de que o governo só acabou com o contingenciamento das dotações orçamentárias nos últimos meses de 2019, deixando pouco tempo para o dinheiro ser gasto.

Para este ano, a meta de déficit primário do governo central é de R\$ 124,1 bilhões, mas o resultado efetivo, certamente, será menor do que este valor. Atualmente, as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não têm correspondência com a realidade. Elas são estabelecidas para que o governo não corra risco de não cumpri-las. Esta prática foi

O tamanho do déficit primário deste ano dependerá da arrecadação tributária e das receitas atípicas que serão obtidas. A tributária está relacionada ao crescimento da economia, à inflação, ao crescimento da massa salarial e ao volume das importações, entre outros parâmetros econômicos.

Na semana passada, o governo alterou todos esses parâmetros e, conseqüentemente, a previsão de receita. O governo elevou sua projeção para o crescimento da economia de 2,32 para 2,4%. A estimativa da inflação subiu de 3,53% para 3,62%. O crescimento da massa salarial, que impacta diretamente a receita previdenciária, passou de 6,26% para 7,16%.

Com isso, a nova previsão de receita tributária a ser anunciada pelo governo nos próximos dias será maior do que aquela que está no Orçamento deste ano. Como as despesas da União estão submetidas ao teto de gastos, qualquer aumento da arrecadação resultará em melhor resultado primário.

O governo incluiu no Orçamento uma previsão de R\$ 16 bilhões com os novos contratos de concessão das usinas hidrelétricas da Eletrobras. O problema é que há uma forte reação no Senado contrária à privatização da Eletrobras. Se essas resistências não forem vencidas, o governo terá que excluir esta receita do Orçamento, o que afetaria diretamente o resultado primário.

Diferentemente do que ocorreu em 2019, o governo poderá não contar com receitas atípicas expressivas neste ano. Dois campos de petróleo da chamada cessão onerosa (Atapu e Sépia), que não receberam ofertas no leilão realizado no ano passado, poderão ser oferecidos novamente neste ano. A receita com bônus de assinatura prevista para os dois campos era de R\$ 36,6 bilhões, sendo que R\$ 12,1 bilhões seriam distribuídos aos Estados e municípios. O leilão, no entanto, poderá ficar para o próximo ano, pois o governo sinalizou que pretende alterar alguns termos do edital para atrair os investidores estrangeiros.

Outras receitas atípicas poderão ocorrer, como a arrecadação de Imposto de Renda derivada de IPO (emissão primária de ações) da Caixa Seguridade, prometida para o primeiro semestre deste ano, e outras empresas públicas. A receita do Imposto de Renda com essas operações não está prevista no Orçamento.

O déficit nominal do setor público, por sua vez, vai diminuir. O resultado no ano passado já foi uma enorme surpresa, pois o mercado e o próprio governo esperavam que ele ficasse em torno de 7% do Produto Interno Bruto (PIB). Ele terminou em torno de 5% do PIB. E vai cair mais ainda, principalmente, por causa da redução dos juros. O Tesouro está conseguindo colocar títulos no mercado com juro real de 1% ao ano, enquanto o juro real em janeiro de 2016 estava em torno de 7% ao ano. O maior impacto da queda no custo da dívida pública ocorrerá neste ano.

Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, mais de 50% da dívida mobiliária federal gira em 12 meses, incluindo no cálculo as operações compromissadas feitas pelo Banco Central. Por esta razão, o efeito da queda dos juros sobre o custo da dívida é rápido.

Mansueto estimou uma redução de R\$ 120 bilhões no custo do endividamento público neste ano, o que corresponde a 1,5% do PIB. Como o atual ciclo de redução da Selic pelo Banco Central começou em julho do ano passado, o efeito da queda dos

juros sobre o custo da dívida federal será pleno em 2020. Em 2019, a redução do custo da dívida foi estimada pelo secretário em R\$ 60 bilhões.

O custo da dívida vai cair também pelo pagamento antecipado pelo BNDES de empréstimos tomados junto ao Tesouro, pela venda de reservas internacionais pelo Banco Central e pela privatização de estatais federais. Essas variáveis, no entanto, ainda não são conhecidas.

O secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Salim Mattar, disse ao **Valor**, no fim do ano passado, que o BNDES deve pagar antecipadamente "no mínimo" R\$ 100 bilhões. Mattar também informou que a meta do governo é obter R\$ 150 bilhões com a venda de suas participações em empresas estatais. É difícil saber, no entanto, quanto desses recursos ingressará efetivamente nos cofres do Tesouro e poderá ser utilizado para abater a dívida pública.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça
RETROVISOR MASTER VIEW

LINK PATROCINADO

Os 17 países mais ricos na América Latina
EVERYDAYCHIMP

LINK PATROCINADO

Alexandre Garcia na Gazeta
GAZETA DO POVO

LINK PATROCINADO

Os carros que você deve passar longe!
SENHOR CARROS

LINK PATROCINADO

Esta são as 30 raças de cachorros mais caras do mundo!
FLASHPOSTS.COM

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Venda de smartphones usados e remanufaturados têm tendência de crescimento, diz IDC

VALOR INVESTE

Irã 'lamenta profundamente' abate acidental de avião ucraniano, diz presidente

VALOR INVESTE

Acordo entre Embraer e Boeing deve acontecer, mas segue em modo de espera, diz UBS

VALOR INVESTE

McMafia é mais uma série que retrata o mercado financeiro

Tesouro cobriu R\$ 8,35 bi em dívidas em 2019

Total recorde representa o que deixou de ser pago no ano por cinco Estados e dois municípios

Por Edna Simão — De Brasília

16/01/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Calote evitado

Total de dívidas não honradas pelos Estados, em R\$ bilhões



Fonte: Tesouro Nacional

O Tesouro Nacional desembolsou R\$ 8,35 bilhões para honrar dívidas não pagas por cinco Estados e dois municípios no ano passado, o maior valor da série histórica. O número representa um aumento de 73,2% em relação a 2018 (4,82 bilhões). Só em dezembro, o governo honrou R\$ 1,2 bilhão em débitos. De 2016 a 2019, União pagou R\$ 19,61 bilhões para honrar garantias concedidas a operações de crédito.

Os Estados que tiveram os maiores valores honrados no ano foram Rio de Janeiro (R\$ 4,04 bilhões, ou 48,4% do total) e Minas Gerais (3,31 bilhões, ou 39,6% do total), seguidos por Goiás (R\$ 707,15 milhões); Amapá (R\$ 90,18 milhões) e Rio Grande do Norte (R\$ 139,41 milhões). Os dados constam do Relatório de Garantias Honradas pela União em operações de crédito. No caso dos municípios, a União bancou dívidas não pagas de R\$ 1,83 milhão de Cachoeirinha (RS) e de R\$ 1,59 milhão de Belford Roxo (RJ).

Considerando dezembro, do R\$ 1,202 bilhão honrado, R\$ 548,8 milhões são relativos a inadimplências do Estado do Rio de Janeiro, R\$ 511,04 milhões do Estado de Minas Gerais, R\$ 78,74 milhões do Estado de Goiás, R\$ 45,46 milhões do Estado do Rio Grande do Norte, R\$ 16,75 milhões do Estado do Amapá e R\$ 1,83 milhão da prefeitura de Cachoeirinha.

Segundo o Tesouro, os valores honrados pela União ampliam a necessidade de financiamento da dívida pública federal. O aumento desse tipo de despesa do governo em 2019 se deve ao impedimento da União em executar contragarantias do Estado do Rio de Janeiro, em razão da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, e dos Estados de Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e do Amapá, em virtude de decisões liminares.

Como garantidora de operações de crédito, a União é comunicada por credores de que o Estado ou município não quitou determinada parcela da dívida. O Tesouro, então, informa o mutuário da dívida para que se manifeste quanto aos atrasos nos pagamentos e, caso o ente não cumpra suas obrigações no prazo, paga os valores em questão.

Após a quitação, exceto nos casos em que houver bloqueio judicial, a União inicia o processo de recuperação de crédito por meio da execução das contragarantias previstas nos contratos. São cobrados juros, mora e outros custos.

Por causa dos atrasos e das honras de garantias, estão impedidos temporariamente de contratar novas operações de crédito com garantia da União os Estados do Amapá, Goiás, Minas Gerais, Piauí e Rio Grande do Norte. Também estão impossibilitados os municípios de Belford Roxo (RJ) e Cachoeirinha e Rio Grande (RS).

Apesar de não ter pago dívidas, o Rio de Janeiro não está sendo alvo de recuperação de contragarantias nem está impossibilitado de contratar novas operações de crédito com garantia da União. Isso porque o Estado firmou com a administração federal sua entrada no regime de recuperação fiscal em setembro de 2017. O acordo foi firmado durante um período em que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), assumiu o exercício da Presidência da República temporariamente. O governo concedeu ao Rio suspensão temporária de pagamentos ao Tesouro em troca de medidas de ajuste fiscal. Até hoje, o Rio é o único contemplado com o regime.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Os 17 países mais ricos na América Latina
EVERYDAYCHIMP

LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça
RETROVISOR MASTER VIEW

LINK PATROCINADO

Os carros que você deve passar longe!
SENHOR CARROS

LINK PATROCINADO

Esta são as 30 raças de cachorros mais caras do mundo!
FLASHPOSTS.COM

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!
DESCONTALIA

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Venda de smartphones usados e remanufaturados têm tendência de crescimento, diz IDC

VALOR INVESTE

Acordo entre Embraer e Boeing deve acontecer, mas segue em modo de espera, diz UBS